



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centerville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001010-79.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nota Fiscal ou Fatura**
 Requerente: **Paoli Computação Gráfica Ltda Me**
 Requerido: **Casale Equipamentos Ltda**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 30/10/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 98/13

Vistos

PAOLI COMPUTAÇÃO GRÁFICA LTDA ME ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **CASALE EQUIPAMENTOS LTDA**, todos devidamente qualificados.

Alegou a autora, em síntese: 1) que firmou com a requerida contrato de publicidade em janeiro de 2005; 2) que em 2009 os serviços passaram a ser de “atualização de *web site*”, recebendo por eles o pagamento mensal de R\$ 3.700,00; 3) ocorre que a partir de fevereiro de 2011 a requerida começou a atrasar os pagamentos, permanecendo em aberto a mensalidade de dezembro de 2012; 4) que a requerida, mesmo inadimplente, iniciou cobrança para o desenvolvimento de novo *web site*, sem que houvesse contratação para isso; 5) que informou a requerida de que não tinha competência para a criação de *website* do porte solicitado, indicando a contratação de empresa especializada. Pediu a declaração da rescisão contratual, desobrigando-se de realizar qualquer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

serviço decorrente do contrato, que a requerida se abstenha de efetuar cobranças infundadas, sob pena de multa diária, a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 7.893,33, referente aos valores em atraso, multa contratual de R\$ 7.400,00 e indenização por danos morais de R\$ 15.293,33.

A inicial veio instruída com documentos.

Auto de depósito às fls. 136 e retirada dos bens às fls. 140.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 143 e ss sustentando: 1) que os pagamentos atrasados foram tacitamente aceitos pela autora; 2) que o próprio sócio da autora sugeriu a criação de novo *website* ao invés de atualizar o antigo; 3) que a autora aceitou realizar a confecção do novo *website*, mas não o entregou no prazo agendado, razão pela qual suspendeu os pagamentos dos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013; 4) que não há falar-se em danos morais diante de desacordo comercial. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 177/187.

As partes foram instadas a produzir provas e requereram a oitiva de testemunhas (fls. 189/190 e 192/193).

A fls. 195 e ss a autora juntou documentos. Manifestação da requerida às fls. 210/211.

Esse, na síntese do que tenho como necessário, é o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centervile

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Em janeiro de 2005 a autora se obrigou a prestar à ré “serviço de produção publicitária” e assessoria visando os projetos especificados na cláusula 1 do item II da avença escrita que segue a fls. 53.

Para remuneração da “assessoria” ficou combinado um pagamento mensal de R\$ 3.700,00 (cláusula 2).

Referido negócio acabou sendo prorrogado e vigorou até 07/02/2013 quando a autora o denunciou por mensagem eletrônica enviada em 24/12/2012.

A súplica inicial – principal – é de rescisão do sobredito negócio.

Ao se defender – cf. especificamente o lançado a fls. 146, parágrafo 1º - o requerido admite que a “realização” de um novo site “estava mesmo fora do escopo contratualmente estabelecido” como sustentado pela autora a fls. 03/17.

Não se opôs ao desfazimento do vínculo contratual, ficando evidente que também deseja tal providência (cf. fls. 155, parágrafo primeiro).

Nessa linha de pensamento é de rigor acolher o primeiro reclamo, ficando rescindida de comum acordo a avença.

Como a autora recebeu, sem ressalvas as parcelas mensais, mesmo quando quitadas em atraso deve se entender que admitiu a mora e, assim, a nenhuma diferença faz jus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

A mensalidade de novembro de 2012 deve ser paga pela ré já que na ocasião o contrato estava em pleno vigor e aquela não comprovou, como lhe cabia, ter efetuado tal pagamento.

Por fim, não há que se falar em arbitramento de danos morais.

O que se passou, na verdade, foi simples desacordo comercial, que, agora, está ocasionando o desfazimento do negócio por consenso, insuscetível de causar o menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.

A respeito cf. STJ – 3ª T. REsp 50.999/SC.

No mesmo diapasão a seguinte ensinança: AgRg no Ag 865229/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, DJ 02/03/04 - STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. conquanto o dano moral dispense prova em concreto, competे ao julgador verificar, com base nos elementos de fato e prova dos autos, se o fato em apreço é apto, ou não, a causar o dano moral, distanciando-se do mero aborrecimento. De fato, na espécie, o Tribunal a quo não reconheceu o dever de indenizar, por entender ausente o abalo moral do agravante. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do verbete nº 7 da Súmula do STJ.
2. Agravo improvido.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Assim, a pretensão inaugural será acolhida parcialmente para fins de rescisão do negócio e condenação da postulada ao pagamento da mensalidade de novembro de 2012.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, para o fim de **DECLARAR** rescindida a avença firmada entre as partes e condenar a requerida, CASALE EQUIPAMENTOS LTDA, a pagar à autora, PAOLI COMPUTAÇÃO GRÁFICA LTDA ME, a importância de R\$ 3.700,00 (três mil setecentos reais), referente a mensalidade de novembro de 2012, com correção monetária desde então, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

O pleito de danos morais, conforme acima alinhavado, fica rechaçado.

Ante a sucumbência parcial, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes na proporção de 50% e cada uma arcará com os honorários de seus respectivos patronos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

P. R. I.

São Carlos, 22 de novembro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**